

# **ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO NOVO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO: ANÁLISE DE RISCO E RETORNO SOBRE INVESTIMENTOS\***

Alessandro Correia CHIKAMI<sup>1</sup>  
Regina Maria de SOUZA<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O mercado de capitais constitui-se em uma opção pouco burocrática para as empresas conseguirem financiamento, resolvendo problemas de fluxo de caixa e a necessidade de obter capital para realizar novos investimentos no intuito de ampliar a sua inserção no mercado. A globalização dos mercados financeiros impulsionou a diversificação das demandas dos mercados consumidores, intensificando a concorrência entre as empresas. Diante desta conjuntura, tornou-se necessário às empresas aumentar a quantidade de investimentos financeiros no intuito de diversificar sua produção. Palavras-chave: Mercado financeiro. Bolsas de valores. Investimento

## **ABSTRACT**

The capital markets is a bureaucratic option to enterprises in order to get funding, solving problems of cash flow and the necessary of getting capital to make new investments with the interest of broadening its inclusion in the market. The globalization of financial markets boosted the diversification of demands of consumer markets, intensifying the competition among enterprises. In this way, the enterprises must increase the quality of financial investments aiming to diversify their production.

*Keywords:* Financial Markets. Stock Exchange. Investments.

## **INTRODUÇÃO**

Uma análise detalhada do funcionamento do mercado de capitais e, conseqüentemente, das bolsas de valores, demanda inicialmente a compreensão do que é o sistema financeiro, sua

---

\* Este artigo foi elaborado como parte da pesquisa financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul – SP (FUNEC)

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Administração de Empresas e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul – SP (FUNEC)

<sup>2</sup> Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e Professora Titular das Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul – SP (FUNEC)

estrutura e funcionamento. Tal discussão traduz-se em uma das mais importantes possibilidades de desenvolvimento econômico e maximização de lucro nos mercados mundiais, sendo que o fato de seu incremento no Brasil, na última década, ter modificado o cenário econômico nacional para várias empresas, sustenta a relevância de se pesquisar a temática.

Os mercados financeiros se desenvolveram muito nessa última década, mas alguns países tiveram desempenho ainda mais acentuado com um suntuoso crescimento de suas economias mesmo em momentos de crise mundial. Dentre esses países que têm atraído o interesse de investidores de todo o mundo está um grupo de quatro países emergentes chamados de BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

E é embalado por tamanha consideração que o Brasil tem visto cada vez mais dinheiro estrangeiro ingressando no país para investimento em nossas empresas através da Bolsa de Valores. E não somente temos visto dinheiro estrangeiro ingressar na bolsa, mas também um aumento no número de investidores nacionais. Esse cenário retrata bem a ascensão econômica vivida pelo Brasil. Após estabilizar a moeda e a economia, o momento é de crescimento na Bolsa de Valores, este crescimento implicou em melhorias sofridas para dar ainda mais credibilidade e confiança para os investidores.

Toda empresa precisa de capital para investir em seu crescimento, porém é muito improvável que uma empresa consiga investir em elevada incorporação de progresso tecnológico com capital próprio. A maior parte do capital das empresas é empregado em capital de giro ou em seus ativos permanentes, o que a impossibilita de fazer investimentos de grande porte com capital próprio. Dessa forma recorrem à alavancagem, ou seja, tomam dinheiro de terceiros para isso e em troca pagam juros sobre esses empréstimos. Mas as taxas de juros são elevadas, o que se constitui em uma realidade no contexto nacional. Pode-se afirmar que a manipulação das taxas de juros pelas autoridades monetárias brasileiras, sobretudo a sua elevação, tem funcionado como um instrumento de políticas públicas, o que torna a tomada de crédito muito difícil para as empresas, afinal elas acabam por comprometer mais o seu caixa.

Diante desse contexto, as empresas descobriram um método mais eficiente e barato para se financiar, que é o processo de abertura de capitais, com negociação de ações em bolsas de valores. Os empresários capitalistas vendem parte da empresa e ao invés de pagar altas taxas de juros,

distribuem parte dos seus lucros com os sócios que injetaram capital ao comprar as ações da empresa.

A abertura de capital consiste no processo de venda das ações da empresa, as ações são partes ou frações da empresa que dão direito a voto nas assembleias no caso das ações ordinárias (ON), ou direito de prioridade nos lucros com as ações preferenciais (PN).

## **ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

No início deste século, com a incorporação de avanços tecnológicos, a bolsa de valores brasileira, a Bovespa, investiu em modernização, captou novos investidores, reduziu a burocracia e aumentou sua capacidade produtiva. O que proporcionou às empresas sedentas por investimento, um alto nível de injeção de capital através da abertura de capital.

Um dos maiores avanços tecnológicos que pode-se mencionar são as operações da bolsa de valores que passaram a ser realizadas via internet através dos sistemas de homebroker, que são plataformas onde os investidores interagem diretamente com o mercado estando em qualquer lugar do mundo, necessitando apenas de um computador conectado com a internet para efetuar compras e vendas de ações, commodities, ou qualquer outra coisa negociada em bolsa. Este sem dúvida é um dos detalhes que mais fizeram a diferença para que no Brasil o número de investidores começasse a aumentar.

Atualmente o BMF&Bovespa é a quarta maior em valor de mercado, e seu funcionamento não é diferente, as mudanças sofridas a partir do ano de 2000 trouxeram maior credibilidade e funcionalidade à Bovespa.

Fiscalizada pela Comissão de Valores Mobiliários(CVM), a Bovespa se constitui como um centro de liquidez, onde os corretores, representando seus clientes, realizam negócios de compra e venda de títulos e valores mobiliários sob diversas modalidades.(CAVALCANTE, 2005, p.433).

Em cada país existem peculiaridades diferentes com relação aos seus sistemas financeiros, o que resulta em diferentes maneiras de uma empresa se capitalizar. São diferenças que vão da burocracia ao consumidor. A exemplo disso tem-se o Sistema Financeiro Norte Americano que, de acordo com Cavalcante (2005), tem como modelo de organização financeira os bancos segmentados. No país defende-se esse modelo de organização por

ser considerado mais ágil e transmitir maior segurança. No Brasil adota-se um modelo de organização definido por Cavalcante(2005) como sendo um dos mais bem desenvolvidos do mundo, o modelo dos bancos múltiplos ou universais, que abrange pelo menos duas das quatro áreas bancárias, sendo as principais, banco de investimento e banco comercial, justamente a separação dessas duas é o principal ponto do conceito de segmentação. O modelo em questão facilitou o processo de abertura de capital no contexto empresarial brasileiro.

Após a abertura de seu capital na bolsa de valores, a empresa compromete menos seu caixa por não ocorrer pagamento de juros a nenhuma instituição financeira. Como resposta ao investimento de capital, a empresa paga dividendos, que são as frações do lucro da empresa que são divididos entre os seus investidores acionistas. De acordo com Assaf Neto (2005) por lei a empresa que tem suas ações negociadas em bolsa deve repartir no mínimo 25% de seu lucro entre os acionistas. O fato de desembolsar um mínimo de 25% do lucro da empresa com dividendos é menos oneroso para a empresa do que se tivesse de pagar juros sobre um financiamento ou empréstimo, principalmente pelo fato de que se ela não tiver nenhum lucro em seu fechamento anual não irá desembolsar nada por ter tomado capital emprestado, o que não acontece se tivesse contraído um empréstimo. É como se os atravessadores de crédito fossem retirados do mercado e o empresário começasse a tomar crédito diretamente do investidor de maneira menos burocrática.

A abertura de capital no Brasil é controlada pela Comissão de Valores Mobiliários(CVM), que é um órgão público que presta contas ao Conselho Monetário Nacional. Todo processo de abertura de capitais é rigorosamente controlado pela CVM, sendo ela responsável por regular a precificação das ações no IPO, sigla em inglês que quer dizer Oferta Pública de Ações.

Feita a oferta pública e negociada diretamente ao público através das sociedades corretoras, as ações passam a ser negociadas em bolsa de valores. Em que a precificação passa a ser feita através da lei da demanda, sendo que o nível de oferta e procura ditam a normalidade dos preços.

E essa oscilação ocorre devido à percepção de risco dos investidores, quando acreditam que vale a pena comprar e que o preço vai subir gerando uma demanda muito forte por commercial papers, levando a um aumento real de seu valor. Quando os investidores acreditam que os investimentos não são

rentáveis e que o preço das ações vai cair, então todos vendem e isso gera um acúmulo de vendas em que as compras se tornam insignificantes fazendo o preço sofrer uma queda efetiva.

Em uma análise geral percebe-se que o estatuto de muitos Bancos Centrais estabelece que seu objetivo primordial é o de alcançar a estabilidade de preços. Porém também vale destacar que, na prática, os Bancos Centrais trabalham no intuito de conseguir o maior crescimento econômico, estabilidade da taxa de câmbio, prevenção de falências bancárias, manutenção da saúde do Sistema Financeiro e da confiança do investidor estrangeiro.

Para isso utiliza os instrumentos de política monetária que afetam diretamente as variáveis operacionais, visando alcançar as metas desejadas. Os instrumentos clássicos da política monetária são: recolhimento compulsório, desconto de liquidez e operações de mercado aberto.

A atuação da política monetária sobre a economia leva tempo para se completar. Entre o momento da decisão política e a consecução ou não dos seus objetivos decorre, assim, um longo período de tempo em que a autoridade monetária não sabe o impacto efetivo de suas ações. (CAVALCANTE, 2005, p.120).

Segundo Cavalcante (2005) para não ficar tomando decisões precipitadas sem saber qual o real rumo que a economia está tomando, o Banco Central estabelece metas intermediárias, que servem para saber se as decisões políticas estão fazendo efeito desejado para se chegar ao objetivo final. Geralmente a taxa de juros de longo prazo e o agregado monetário são as metas intermediárias.

Ainda existem as metas operacionais, que se referem às variáveis que são resultado direto da operacionalização de um instrumento de política monetária, sendo dois os tipos de metas operacionais a saber: a determinação da taxa básica de juros de curto prazo e o controle das reservas agregadas.

O Sistema Financeiro Nacional é composto por várias instituições públicas e privadas, que têm como função fundamental a administração de maneira eficiente o capital superavitário dos poupadores que não gastam mais do que seus ganhos e que acabam gerando poupança e investimentos para os agentes carentes de recursos ou simplesmente tomadores, que são aqueles indivíduos que gastam mais que seus rendimentos, seja em investimento ou em consumo.

Todo processo de desenvolvimento de uma economia exige a participação crescente de capitais, que são identificados por meios de poupança disponível em poder dos agentes econômicos e direcionados para os setores produtivos carentes de recurso mediante intermediários e instrumentos financeiros. E é em função desse processo de distribuição de recursos no mercado que se evidencia a função econômica e social do sistema financeiro (ASSAF NETO, 2005, p.80).

O sistema financeiro nacional tem como órgão normativo máximo o Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelece as diretrizes gerais da política monetária, cambial e creditícia, além de elaborar leis e fiscalizar o cumprimento delas pelas instituições financeiras. O CMN é constituído pelo Ministro de Estado da Fazenda que é quem preside o CMN, Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento e pelo presidente do Banco Central do Brasil (BACEN) que exerce os serviços de secretaria da CMN.

De acordo com Cavalcante (2005) o Banco Central do Brasil (BACEN) é uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN), assim como os outros bancos centrais do mundo. O Bacen é a principal autoridade monetária do país, tendo recebido esta competência de três instituições diferentes: a Superintendência da Moeda e do Crédito, o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional.

No subsistema normativo, enquadram-se ainda, três instituições financeiras que apresentam um caráter especial de atuação, assumindo certas responsabilidades próprias e interagindo com vários outros segmentos do mercado financeiro, como são os casos do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal. (ASSAF NETO, 2005, p.82)

Os bancos comerciais apresentam, como uma de suas funções, a criação de meios de pagamento, o que somado às funções dos bancos públicos, constitui o sistema bancário ou monetário de uma economia.

Os bancos comerciais são instituições autorizadas pelo Banco Central a receber depósitos à vista. Se uma instituição está autorizada a receber depósitos à vista, que são geralmente aceitos para liquidação de pagamentos, verdadeiramente ela está autorizada a criar moeda escritural. (CARDIM DE CARVALHO *et al.* 2002, p.6)

A moeda deve desempenhar quatro funções: meio de troca ou pagamento, unidade de conta para referência de valor, padrão para pagamentos

diferidos e reserva de valor. Ao mediar a realização de operações de compra e venda, a moeda exerce a função de meio de pagamento. A função de unidade de conta permite contabilizar ou exprimir numericamente os ativos e os passivos, os haveres e as dívidas. A moeda atua também como reserva de valor, pois pode ser utilizada como uma forma de acumular capital a ser utilizado em data futura quando se tem o montante desejado para a realização do investimento pretendido.

Muitos indivíduos, como previsão de investimentos futuros, optam por possuir reservas de valor, mas não utilizam apenas a moeda para reservas de valor, também utilizam ouro, obras de arte, ações e até imóveis. A grande diferença entre a moeda e outras formas de guardar dinheiro é a facilidade de conversão para valores, ou seja, transformar o meio de reserva em dinheiro propriamente dito. Essa capacidade denomina-se liquidez, sendo que não há nada mais líquido que a própria moeda.

Todo processo de desenvolvimento de uma economia exige a participação crescente de capitais, que são identificados por meios de poupança disponível em poder dos agentes econômicos e direcionados para os setores produtivos carentes de recurso mediante intermediários e instrumentos financeiros. E é em função desse processo de distribuição de recursos no mercado que se evidencia a função econômica e social do sistema financeiro. (ASSAF NETO, 2005, p.80)

Alguns indivíduos imobilizam seu capital sob a forma de investimentos nas diferentes modalidades de aplicações dos bancos ou em depósitos à vista no sistema bancário. De forma específica, ao “guardar” capital em uma instituição bancária, o indivíduo que possui reservas de moeda faz um empréstimo ao banco, pois essa instituição bancária movimentará este dinheiro de modo a gerar receitas. O indivíduo em questão, que possui capital e que o deixa sob custódia do banco, recebe uma remuneração por este empréstimo, esta remuneração é chamada de juros ou lucros de diferentes modalidades.

Os juros são uma unidade que medem percentualmente a remuneração que será paga sobre o valor tomado ou recebido junto a uma instituição financeira. A forma mais comum no Brasil de os indivíduos guardarem o capital que está sendo acumulado para uso futuro é através da aplicação em renda fixa da poupança que dá a segurança de não se perder aquele dinheiro. A poupança é a mais conhecida e utilizada pela

segurança que ela traz para quem aplica nela, porém, por ser uma aplicação segura seu rendimento é extremamente baixo, se comparada a outras modalidades de aplicação existentes no mercado.

De acordo com Assaf Neto (2005), o volume financeiro captado pelos bancos é utilizado de diversas formas, tais como em empréstimos e financiamentos para pessoas físicas e jurídicas, em aplicações em bolsas de valores e em outras formas de gerar receita para o banco. Além da poupança existe outra aplicação que também é extremamente segura, que é a compra de títulos da dívida pública, feita através do Tesouro Direto e do agente de custódia habilitado para operar títulos públicos.

Existem duas modalidades de aplicação: são as de renda fixa e de renda variável. A renda fixa consiste em títulos que pagam, em períodos definidos, uma certa remuneração, que pode ser determinada no momento da aplicação ou no momento do resgate (no final da aplicação). Hissa (2008) afirma que a renda variável é aquela que não se pode mensurar e nem apresenta certeza sobre os ganhos a serem obtidos por meio de um determinado investimento.

Tem-se também no campo de renda variável as aplicações em bolsa de valores, que rendem muito mais dinheiro, porém o risco de perdas com os investimentos também é grande. Para controlar e fiscalizar um mercado tão cheio de detalhes e fatores de risco, o CMN e o Ministério da Fazenda criaram a Comissão de valores Monetários (CVM).

A entidade autárquica, vinculada ao Ministério da Fazenda, tem por finalidade básica a normatização e o controle do mercado de valores mobiliários, representando principalmente por ações, partes beneficiárias e debêntures, commercial papers e outros títulos emitidos pelas sociedades anônimas e autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional. (ASSAF NETO, 2005, p.85)

Os investidores do mercado de capitais no intuito de tomar decisões que resultem em lucro e não prejuízo, desenvolveram análises para se calcular o grau de risco ao se investir em determinada ação no mercado. Dentre as análises feitas sobre o mercado temos duas principais, análise fundamentalista, que se estudam os indicadores financeiros da empresa, também leva em conta sua demanda de produção, suas políticas operacionais, tudo com o propósito de buscar qual das empresas disponíveis para se investir é a mais sólida e que terá melhores resultados futuros.

Existe ainda uma segunda escola de análises que cresceu e se destacou principalmente entre os investidores mais jovens. Talvez por terem uma postura mais agressiva e a oportunidade de se arriscarem um pouco mais, os investidores com média de idade abaixo dos 35 anos optam cada vez mais pela análise gráfica, que estuda o movimento dos preços através de desenhos gráficos procurando por padrões de desenhos gráficos em que se acredita prever os melhores momentos para se comprar e vender uma ação.

### **CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS: AVANÇOS E CONDIÇÕES ATUAIS**

O mercado de capitais é o mercado em que são negociados os títulos representativos do capital de uma empresa (ações) ou de empréstimos tomados no mercado pelas mesmas, via emissão de títulos da dívida, as chamadas debêntures, sendo que está inserido em uma estrutura maior chamada de Sistema Financeiro Nacional. Ou seja, as instituições que compõem esse mercado estão intrinsecamente ligadas ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Este, em última análise, pode ser caracterizado como um complexo conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam a transferência de recursos dos diferentes agentes econômicos superavitários: governo, empresas e pessoas físicas para os deficitários.

Segundo Assaf Neto (2005), no Brasil, o SFN foi estruturado e regulamentado por uma legislação que engloba a Lei da Reforma Bancária (1964), a Lei do Mercado de Capitais (1965) e, recentemente, a Lei de Criação dos Bancos Múltiplos (1988), basicamente composto por todas as instituições financeiras bancárias e não bancárias e subdividido em dois grandes subsistemas: o normativo e o operativo.

O subsistema normativo é o que gere todo o Sistema Financeiro Nacional, editando normas e regulamentos para um bom funcionamento do sistema. Tem como instituição máxima o Conselho Monetário Nacional (CMN) que possui como membros ativos de sua gestão, o Ministro de Estado da Fazenda, o Ministro de Estado do Planejamento e o presidente do Banco Central.

São atribuições do CMN “[...] estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política

monetária e cambial.” (CAVALCANTE; MISUMI; RUDGE, 2005, p. 28).

Diretamente subordinadas ao CMN, ainda no subsistema normativo, estão, segundo Assaf Neto (2005), o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Caixa Econômica Federal, também fazendo parte do subsistema normativo, mas atuando de forma especial no Sistema, assumindo responsabilidades próprias e interagindo com outros segmentos do Mercado Financeiro. Cabe ao Bacen cumprir e fazer cumprir as deliberações que lhes são atribuídas por lei e as normas emitidas pelo CMN.

Conforme mencionado anteriormente, dentre os principais papéis negociados na bolsa de valores, que compõem o capital social de uma empresa, estão as ações e os títulos da dívida emitidos por determinada empresa (debêntures). As ações podem ser definidas como a menor parcela do capital social de uma empresa, seja ela sociedade anônima, sociedade por ações ou companhia. Quando um investidor adquire uma ação, este se torna um dos sócios, adquirindo direitos relativos a essa sociedade, como participação na distribuição dos lucros (pagamento de dividendos) em valor proporcional ao número de ações que possui. As ações podem ser objeto de negociação em mercados organizados, como bolsa de valores. Sendo assim, seu preço varia de acordo com o interesse dos investidores em adquirir ou não determinada ação e também em função da conjuntura do mercado.

Cavalcante et al (2005) afirma que em países em desenvolvimento, como no Brasil, o controle acionário necessita da posse de grande quantidade de capital. O capital da empresa pode ser dividido em 50% de ações ordinárias e 50% de ações preferenciais. Como somente as ações ordinárias dão direito a voto e ao controle da empresa, metade deste número mais uma ação dá o controle acionário ao detentor. É essa necessidade de grande volume de ações para se obter o controle acionário de uma empresa que faz com que as ações ordinárias percam o seu valor, tornando-se pouco atrativas, se comparadas às preferenciais. Para melhorar a atratividade das ações ordinárias, aprimorar e fortalecer o mercado nacional de capitais, a Bovespa desenvolveu e introduziu o chamado Novo Mercado, no intuito de modernizar o Mercado de Capitais brasileiro e expandir o acesso das empresas brasileiras a essa fonte

alternativa de financiamento e crescimento, já tão difundido no mercado externo.

Para garantir o cumprimento das regras impostas no Novo Mercado, as empresas assinam um contrato com a Bovespa, em que se comprometem a seguir as regras estabelecidas para que a empresa possa participar desse novo mercado. No Nível 1, há uma maior transparência nas informações prestadas ao público. No Nível 2, há uma maior transparência e melhor governança corporativa, e finalmente consolida-se o Novo Mercado, do qual só participam as empresas que estão no nível 2 e somente com ações ordinárias emitidas.

A conjunção de vantagens para o investidor e para as empresas fortaleceu o Novo Mercado. De 2004 em diante, todos os IPOs ocorreram nele ou num segmento um pouco menos estrito, o Nível II de Governança Corporativa. Esse fenômeno deixa claro que, primeiramente, as empresas brasileiras tomaram consciência da nova tendência mundial e, principalmente, agiram rápido de modo a se adequar a essa tendência. Isso mostra a evolução do Mercado de Capitais Brasileiro, que teve como consequência um aumento expressivo no número de negócios diários e na valorização das ações. Além da democratização do acesso ao mercado de capitais no Brasil.

Na cultura da maioria da população, o investimento da poupança nacional em ações nunca foi uma ideia muito difundida, ficando o pequeno poupador sujeito a aplicações de risco pequeno, como, por exemplo, a caderneta de poupança. Além disso, a inflação acima dos 2 dígitos anuais, chegando a 3 dígitos na década de 1980, estimulou ainda mais o investimento na caderneta de poupança e o intensificou o medo de se investir em mercados de risco, ainda que calculado.

Esses fatos fizeram com que o investimento em ações não fosse encarado como uma aplicação rentável, fazendo com que essa cultura não se difundisse no Brasil. Diante disso, a compreensão da estrutura e funcionamento do mercado de capitais, além das estratégias de análise do retorno e do risco dos investimentos, torna-se de imensa importância para estimular a busca por modalidades de aplicações financeiras que envolvam os produtos ofertados pelo mercado de capitais brasileiro, o que demanda a conscientização da população economicamente ativa e passiva sobre a possibilidade de poupar parcela de sua renda em alguma modalidade de investimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações apresentadas anteriormente é possível afirmar que no Brasil são praticados os mais altos juros do mundo e isso impede o crescimento das empresas que precisam de capital para investir em seu crescimento. E com isso tomar empréstimos ou financiamentos junto a bancos é altamente prejudicial por obrigar o demandante a desembolsar grande volume de capital no pagamento de juros, já que o capital demandado pelos tomadores provém de pessoas superavitárias que guardam seu dinheiro em bancos em troca de taxas de remuneração.

Na últimas duas décadas, por meio dos avanços tecnológicos, verifica-se cada vez mais investidores capitalizando as empresas sem o intermédio dos bancos comerciais através do mercado de capitais, o que torna o processo de capitalização de uma empresa menos burocrático e mais barato, já que a empresa não paga juros a seus investidores, mas sim divide o seu lucro com eles, o que gera um retorno muito maior até mesmo para o agente superavitário que, ao invés de deixar seu dinheiro com os bancos, o investe em uma empresa comprando ações, que dão direito aos lucros da empresa que geram resultados maiores em relação às taxas de remuneração dos bancos. Dessa forma, a melhor maneira de uma empresa se capitalizar é com a abertura de seu capital e, conseqüentemente, a venda de suas ações, o que gera resultados mais eficientes para as empresas e até mesmo para os agentes superavitários.

## REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- CARDIM DE CARVALHO, F. J. *et al.* **Economia monetária e financeira**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- CAVALCANTE, F. *et al.* **Mercado de capitais, o que é, como funciona**. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- FRANCO, G. H. B. **O plano real e outros ensaios** 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- HISSA, M. B. **Sobreviva na Bolsa de Valores**. 3 ed. Cidade: Campus, 2008.
- NOGUEIRA DA COSTA, F. **Economia monetária e financeira**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1999.
- ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 20.ed. São Paulo. Atlas, 2003.